

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA GERAL Nº 6.880, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais e, conforme Decreto nº 6.399, de 17 de maio de 2023, art. 34 c/c art. 36,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a **Comissão de Inventário** e designar os servidores a seguir relacionados para compô-la:

- I – Secretária de Administração**
Soleane de Oliveira Isidoro
Thaíla Fernandes Foroni
Alexandre Alves Rodrigues
Joel Cardoso
Luiz Frederico Amaral da Costa
Suelayon Souza Maria
Talita de Lima Melo
Walmir Gil de Castro

II- Secretária de Saúde
Efraim Domingos de Oliveira
José Mauro Silva de Souza
Juliano José Alves dos Santos
Marcos Rogério Pedersoli

III- Secretária de Habitação
Cintia Aparecida Cardoso dos Santos
Denise Carvalho de Melo

IV- Secretária de Assistência Social
Gustavo Henrique Jorge Domingos
Gabriela Maria da Silva Soares

V- Secretária de Educação
Adriana Alexandrina Nogueira Miranda Pica
Ismael Augusto de Souza Filho
Josiane Baptista Pereira
Juliana Araújo da Guia
Mariela Giudice Homem de Melo

VI- Secretária de Governo e Serviços Públicos
Adriana Andraus Argel
Lucineia de Fátima Barbosa Oliveira
Luiz Fernando Nascimento de Paula

VII- Secretária de Meio Ambiente
Ana Letícia da Silva Espigares Sanches
Debora Denise Godoi da Conceição Campos
Marcela Cristine Almeida Cornetti

VIII- Secretária de Cultura e Turismo
Leandro Aleixo da Silva
Paula Rodrigues
Rosana Bello Teixeira Leite

IX- Secretária de Desenvolvimento Econômico
Marcia Alves da Costa
Sonia Maria Dias dos Santos

X- Secretária de Esporte e Lazer
Flávio Ricardo Cirino
Luiz Fernando de Souza Pinto

XI- Secretária de Finanças e Orçamento
Adriano Lima dos Santos
Thaiane Evelyn de Oliveira Paresque

XII- Gabinete do Prefeito
Conceição Aparecida de Almeida
Elaine Cristina Ferreira
Irene Ribeiro de Aguiar Mello

XIII- Secretária da Mulher, Família e Direitos Humanos
Adilson José Cunha
José Wilton de Oliveira

XIV- Secretária de Negócios Jurídicos
Marcia Maria da Silva

XV- Secretária de Obras e Planejamento
Leila Regina Saquetti
Thiago Cantazaro

XVI- Secretária de Segurança Pública
Aline Teixeira Anelli
Antonio Marcos da Silva Ferreira

XVII- Subprefeitura de Moreira César
Marco Antonio Corra Ignácio
Mariana Feltz Ferreira Ramos Mello

XVIII- Secretária de Tecnologia, Inovação e Projetos
Luiz Carlos Dias
Tiago de Souza Santos

XIX - Secretária de Captação de Recursos e Relações Institucionais:
Lucas Cardoso
Luciana Andreia Saquetti Rosas
Denise Carvalho de Melo

XX- Secretária de Desenvolvimento Rural Sustentável e Clima:
Cristiane Monteiro de Oliveira
Luzia Marcelino da Rocha

XXI- Secretária Municipal de Comunicação e Eventos:
Rogério José de Azevedo
Suelen Vitória da Costa Junqueira

XXII - Secretária de Mobilidade e Trânsito:
Pedro Luiz de Souza
Sílvio Adriano Vieira
Tarcizio José Moreira dos Santos Junior
Vanderson Luiz da Costa

XXIII - Subprefeitura do Araretama:
a) Jefferson Theodoro dos Santos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Geral nº 6.532, de 07 de fevereiro de 2025.

Pindamonhangaba, 05 de fevereiro de 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino
Prefeito Municipal

Eduardo Cursino
Secretário de Administração
Registrada e publicada na Secretaria de Negócios Jurídicos em 05 de fevereiro de 2026.

Anderson Plínio da Silva Alves
Secretário de Negócios Jurídicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 7.005, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a organização e funcionamento das atividades perante as festividades de Carnaval do ano de 2026, e dá outras providências.

Ricardo Alberto Pereira Piorino, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de resguardar a segurança e a integridade física das pessoas nas festividades de Carnaval;

Considerando o grande e crescente volume das ocorrências de perturbação ao sossego atestadas pela Guarda Civil Metropolitana;

Considerando que o consumo de bebidas alcoólicas, e não alcoólicas, e de alimentos em recipientes de vidro, fora dos estabelecimentos comerciais pode causar lesões graves e situações de perigo à vida das pessoas;

Considerando ofício recebido por esta Municipalidade, advindo da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Considerando as medidas necessárias para colaborar com a atuação da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar do Estado de São Paulo, na garantia da segurança pública preventiva.

DECRETA :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre regras acerca da organização, e do funcionamento das atividades do Carnaval de 2026 no Município de Pindamonhangaba, em razão da necessidade de resguardar a segurança e a integridade física das pessoas.

Art. 2º Fica proibido o porte e a venda de bebidas alcoólicas, e não alcoólicas em garrafas ou recipientes de vidro, durante o período das festividades do Carnaval de 2026. §1º Nas datas de realização dos eventos carnavalescos, os estabelecimentos comerciais localizados no Município de Pindamonhangaba poderão comercializar bebidas alcoólicas e não alcoólicas em recipientes de vidro para consumo no interior do próprio estabelecimento. §2º As pessoas que forem flagradas portando garrafas ou recipientes de vidro durante as festividades carnavalescas deverão descartá-las imediatamente em local designado pelo órgão fiscalizador.

Art. 3º A fiscalização dos estabelecimentos comerciais é de competência da Secretaria Municipal de Administração e da Guarda Civil Metropolitana.

Art. 4º É obrigatória a comunicação prévia ao Poder Público Municipal, e a obtenção de Alvará de Evento



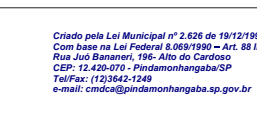
CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais vem convocar os Senhores(as) Conselheiros(as), Suplentes e o público em geral a participarem da **2ª Reunião do CMDCA - Extraordinária** a ser realizada via google meet - <https://meet.google.com/mzh-uum-zuz> no dia **23 de fevereiro às 8:30** – com a seguinte pauta:

- Deliberação do CMDCA e divulgação do resultado – Projeto Dialogar.

Pindamonhangaba, 11 de fevereiro de 26.

Rodolfo Brochhoff
Presidente



II - DIVULGAÇÃO DOS PARCEIROS (ANÁLISE DOS PROJETOS) e

ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA DO EDITAL

EDITAL CMDCA Nº 02/2025

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pindamonhangaba - CMDCA, criado pela Lei nº 2626/91, no uso de suas atribuições e nos termos do Edital nº 02/2025, publica o resultado da análise do único projeto apresentado, conforme item 6 do cronograma do edital e altera as datas do cronograma.

ENTIDADE	PROJETO	PROT.	PARECER
SALESIANOS	DIALOGAR	73411/2025	APTO

Tendo em vista que a entidade foi a única a apresentar projeto, e visto o parecer apat da comissão, os conselheiros aprovaram por unanimidade a escolha da entidade para executar o projeto objeto do Edital.

ALTERAÇÃO NO CRONOGRAMA DO EDITAL.

ETAPAS	DESCRIÇÃO	PRAZOS
6º	Divulgação dos pareceres da Comissão de Avaliação	23/01/2026
7º	Prazo de impugnação/recurso/correção no parecer da Comissão	26/01/2026 à 27/01/2026
8º	Prazo para a análise pela Comissão de Avaliação	28/01/2026
9º	Assembleia do CMDCA para a deliberação dos pareceres e escolha do projeto	29/01/2026
10º	Publicação do resultado no jornal TRIBUNA DO NORTE; divulgação na página oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adolescente - Pindamonhangaba/SP (https://bit.ly/311Dyxx) e site oficial da prefeitura (www.pindamonhangaba.sp.gov.br)	10/02/2026
11º	Prazo para recurso contra resultado	10/02/2026 à 15/02/2026
12º	Prazo para análise do recurso pela Comissão de Avaliação	16/02/2026 à 20/02/2026
13º	Deliberação do CMDCA e divulgação do resultado final	27/02/2026
14º	Publicação do resultado final no jornal TRIBUNA DO NORTE; divulgação na página oficial no Facebook, Conselho da Criança e do Adolescente - Pindamonhangaba/SP (https://bit.ly/311Dyxx), e site oficial da prefeitura (www.pindamonhangaba.sp.gov.br)	03/03/2026

Pindamonhangaba, 06 de fevereiro de 2026.

Rodolfo Brochhoff
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA MARCA DA PROMESSA FUTEBOL CLUBE

Eu, José Ednairton Moreira Ferreira, na qualidade de Presidente em exercício, obedecendo as normas do Estatuto em seus artigo 16º alínea “e”, artigo 43 , venho convocar os membros associados desta entidade para comparecerem a Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 26 de fevereiro de 2026 às 19 horas (dezenove) horas em primeira chamada, e segunda chamada se for necessário às 19:30 (dezenove e trinta) horas , em nossa sede social situada à Rua Laudelino Leite Sobrinho nº 39, Taipas, Pindamonhangaba-SP, para a seguinte ordem do dia:

“Dissolução da entidade “MARCA DA PROMESSA FUTEBOL CLUBE”

Pindamonhangaba, 05 de fevereiro de 2026.

José Ednairton Moreira Ferreira – Presidente
RG. 46.882.139-9 – CPF. 388.660.018-13

para toda e qualquer realização de eventos carnavalescos em espaços públicos, nos termos da legislação municipal vigente.

Parágrafo único. A autorização para interdição de via pública, ou alteração de trânsito, deverá ser solicitada pelo organizador do evento, e não substitui a obrigação de obtenção do Alvará de Evento.

Art. 5º Após o horário de encerramento previsto no Alvará do Evento, com o intuito de otimizar o processo de dispersão de forma segura, fica expressamente proibida a utilização de instrumentos musicais, equipamentos sonoros móveis ou fixos, aparelhos de amplificação de som ou quaisquer dispositivos similares, de qualquer espécie, num raio de 200,00 m (duzentos metros) a contar do local do evento ou de seu trajeto, inclusive por parte de blocos, organizadores, participantes, estabelecimentos comerciais ou terceiros.

§ 1º O descumprimento do disposto no caput deste artigo sujeitará o infrator à apreensão imediata dos equipamentos sonoros utilizados, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis, bem como da responsabilização civil e penal, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Compete à Guarda Civil Metropolitana a fiscalização do cumprimento do disposto neste artigo, inclusive quanto à apreensão dos equipamentos.

Art. 6º Durante o período das festividades do Carnaval de 2026, compreendido entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 2026, os bares, restaurantes, lanchonetes, clubes, lojas de conveniência, mercearias, adegas, distribuidores de bebidas e estabelecimentos afins, deverão encerrar suas atividades às 0h00min, ainda que possuam autorização para funcionamento em horário estendido ou diverso daquele ordinariamente previsto em seus alvarás, podendo o estabelecimento reabrir a partir das 07h00 (sete horas).

Art. 7º O estabelecimento comercial que descumprir o disposto no art. 6º deste Decreto, será compelido a encerrar imediatamente suas atividades e estará sujeito às sanções legais cabíveis. Parágrafo único. Compete à Guarda Civil Metropolitana e a Secretaria Municipal de Administração a fiscalização do cumprimento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Art. 8º As pessoas físicas ou jurídicas que infringirem o disposto neste Decreto ficam sujeitas às sanções previstas na Lei Complementar nº 77, de 29 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis, sem prejuízo da responsabilização civil e penal, independentemente da obrigação de cessar imediatamente a infração.

Art. 9º Durante o período das festividades do Carnaval de 2026 poderão ser adotadas operações especiais de trânsito e mobilidade urbana, com a finalidade de garantir a segurança viária, a fluidez do tráfego, a

proteção dos pedestres e o acesso aos serviços essenciais.

Art. 10. Fica autorizada a implantação de interdições temporárias de vias, desvios operacionais, alterações de circulação e restrições de estacionamento nas áreas de realização dos eventos carnavalescos e em seus entornos, conforme planejamento técnico do órgão municipal de trânsito.

Art. 11. A fiscalização de trânsito será intensificada durante as festividades do Carnaval de 2026, especialmente quanto ao cumprimento das normas de circulação, estacionamento, embarque e desembarque, transporte irregular de passageiros e demais infrações que comprometam a segurança viária.

Art. 12. Verificada situação que comprometa a segurança viária ou coloque em risco pedestres, ciclistas ou condutores, os agentes de trânsito poderão adotar medidas administrativas imediatas, incluindo retenção, remoção de veículos e interrupção pontual da circulação, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 13. Poderá ser restringida, total ou parcialmente, a circulação de veículos de carga, transporte coletivo fretado ou outros modais específicos nas áreas e horários dos eventos carnavalescos, quando tecnicamente justificado para a segurança e fluidez do trânsito.

Art. 14. As medidas operacionais de trânsito deverão priorizar a circulação do transporte público coletivo, veículos de emergência, serviços essenciais e a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 05 de fevereiro de 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino
Prefeito Municipal

Eduardo Cursino
Secretário de Administração
Registrado e publicado na Secretaria de Negócios Jurídicos em 05 de fevereiro de 2026.

Anderson Plínio da Silva Alves
Secretário de Negócios Jurídicos



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2026

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e seis, às nove horas, realizou-se a primeira reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Pindamonhangaba (CMAS), por meio da plataforma virtual Google Meet, com acesso pelo link <https://meet.google.com/abo-erag-qt>. Estiveram presentes as Conselheiras: Dr. Alice Santos, Claudia Gonçalves, Flávia Assis, Patrícia Galvão, Solange, Celestina Omura Alves, Milena Roseira Trigo Fernandes, Victória de Menezes Cassiano, Juliana Vieira Pires de Andrade Montoro, Ticiane Cristine de Oliveira Marques Carvalho, Bianca Leopoldina de Omena Pinda. A Secretária da Assistência Social Andrea Aparecida Barreto Dos Santos, Diretor financeiro da SAS, Domingos Geraldo Botan, Diretora Marcela Narija Louzada Da Mata, Diretor Milton Rodrigues Dos Santos Pinto, Diretora Patrícia Garcez De Oliveira, Chefe de divisão Convênios e Parcerias Andre Luiz De Souza, Técnica Psicóloga da SAS Luana Pinto Moraes, Simone Braga da SAS-CACOM. Iniciamos a pauta com a Reprogramação da Verba Federal apresentada pela Diretora Marcela, os documentos foram apresentados, e explicou que o recurso federal alocado para o SCFV servirá para complementar verba destinada pelo município às entidades a qual foi depositada em dezembro/2025 e o recurso alocado no PAIF, para o custeio do CRAS. Seguindo, tratou da reprogramação da verba Estadual, sendo R\$ 4.584,83 de Benefício Eventual (saldo janeiro/2026) para auxílio funeral. Esclareceu que não poderiam ser alocados em outras demandas, a não ser estas, devido a destinação ser somente para isso. Em relação ao recurso estadual disposto para a construção de uma novo CRAS, no importe de \$ 515.984,27, explicou que realizaram o aceite do recurso no final de 2024, amparada pela Resolução SEDS 34/2024, para receber no ano de 2025, porém a verba chegou tardiamente para a execução. Após questionamentos acerca da escolha da região do novo CRAS, informou que a região extrapolou a quantidade de famílias referenciadas à unidade e que dessa forma poderão se aproximar dessa população. A Secretária Andrea complementou que identificaram um alto índice de trabalho infantil na região do Bem Viver somado a uma ausência de serviços como SCFV, o que justifica a escolha da Secretaria. Por fim, André apresentou os dois pontos realizados pelo Governo do Estado destinados para a construção do CRAS. Em ato seguinte, iniciou-se a Prestação de Contas das Verbas do Estado, no 2º semestre de 2025. A apresentação sobre a Proteção Especial foi explanada pela Diretora Patrícia em conjunto com o Sr. Domingos. Apresentaram um relatório de prestação de contas em que o recurso foi dividido entre os termos de colaboração existentes e serviços de terceiros, com notas fiscais diversas. Ressaltaram, após questionamentos, que o município recebeu repasses parcelados a partir de julho de 2025, o que inviabilizou a execução total do ano anterior. No mais, acordou-se entre o colegiado sobre a importância dos relacionamentos com “notas fiscais diversas” possuírem a identificação de seu destino, a secretária explicou que as planilhas apresentadas seguem o modelo indicativo do Tribunal de Contas e logo em seguida o Sr André apresentou uma planilha da secretária onde aparecia toda indicação dos destinos. A Casa de Passagem foi o serviço destacado com maior recurso investido. Ao realizarem o desembolso da Proteção Social Especial, foi exposto que a Média Complexidade recebeu recurso estadual tardio em 2024, o qual foi reprogramado para 2025. Retomaram que o serviço planejado não foi possível de ser executado diante da falta de regularidade da empresa, o que acarretou na escolha de um novo destino, entretanto o serviço custou menos que o planejado e por isso não possuía tempo hábil para uma nova alocação, tendo em vista que o pagamento do município para o serviço ocorreu em dezembro. Frente à esse cenário, sobrou cerca de 17 mil reais que serão devolvidos para o Fundo Estadual de Assistência Social. Por fim, a Alta Complexidade executou quase todo o recurso, o que acarretou na devolução de cerca de 5 mil reais para o Fundo Estadual de Assistência Social. No que se refere ao recurso do Benefício Eventual, foi recebido no exercício executado com o auxílio funeral e o auxílio moradia, restando cerca de 4 mil reais para serem reprogramados. A profissional Luana realizou a apresentação do verba destinada à Vigilância Socioassistencial. Explicou que o recurso estadual foi creditado no dia 30 de dezembro/2025 e por isso necessita ser totalmente reprogramado. Também realizou a prestação de contas do recurso reprogramado de 2024 para 2025, o qual foi gasto com seminário, evento de capacitação e materiais para fortalecer o trabalho do setor, com uma sobra de cerca de 22 mil reais. Neste caso, elucidou que a DRADS permite a reprogramação para apoiar a Vigilância Socioassistencial nos municípios, conforme resolução. Dessa forma, apresentou esses dois recursos para reprogramação, sendo R\$ 22.893,92 de R\$ 25.678,76 de 2025. Patrícia exibiu a reprogramação de recurso estadual no montante de R\$ 532.766,53 e federal da Proteção Social Especial, e o Piso de Transição, conforme os anexos. Milton, Diretor responsável pelo Cadastro Único apresentou três tipos de verbas federais para serem reprogramadas: IGD (Índice de Gestão Descentralizada), PROCAD (entrevista em domicílio) e IGD-PAF (Auxílio Brasil). O IGD programou para ser gasto com equipe de dedicação exclusiva, pois os que não são de dedicação exclusiva são pagos com o tesouro municipal; equipamentos e software, o que engloba o Sistema GESUAS; capacitação de equipe; e estrutura como guichê e internet para o posto do Cadastro Único em Moreira César. Informou que atualmente o Cadúcnio da região de Moreira César está no CRAS, sobrecarregando o serviço. Para o PROCAD e IGD-PAF, a reprogramação contemplaria o pagamento de funcionários temporários de busca ativa, tendo em vista o incentivo do Governo Federal para à entrevista em domicílio. Ressaltou que o processo de contratação está em estágio de classificação final. Em relação ao PROCAD, também quer investir em tablets, transporte e horas extras. Este último justificou com base no ano de 2025, mas que possui a intenção de reduzir, haja vista a contratação de funcionários novos. O último ponto apresentado pelo poder público foi o preenchimento do PMAS. Sr Domingos explicou que esse processo de repasse de recursos demanda à alimentação do sistema e isso ocorre no final do exercício, porém esse ano informaram que seria em fevereiro/2026. Também destacou que o repasse estadual aumentou e iniciaram o preenchimento do sistema, mas querem dar ciência da aplicação do recurso de custeio, no valor de R\$ 607.421,64 para a alta complexidade e R\$ 99.599,88 para a média complexidade. Para o CRAS foram destinados R\$ 50.000,00 e Proteção Alta Complexidade R\$ 189.879,45. Dessa forma, apresentou que Pindamonhangaba - SP foi contemplada com R\$ 946.900,97 mil, o qual será aplicado de forma indireta (termo de colaboração) na Média e Alta Complexidade; de forma direta na Proteção Social Básica; e de forma direta na Alta Complexidade. Assim, aliviam o orçamento municipal com a verba estadual. Dessa forma, foram aprovadas as reprogramações dos Recursos do Estado e do Governo Federal, bem como a Prestação de Contas das verbas do Estado no 2º Semestre de 2025. Por fim, foi solicitado ao Sr. Domingos o saldo do Fundo Municipal de Assistência Social e o orçamento público do município para a Assistência Social, o qual retornará em breve para o colegiado. A reunião foi marcada pela forte interação das conselheiras com diversas perguntas sobre o material apresentado, sugestões e debates sobre pautas como a terceirização da alimentação que ocorre na Casa de Passagem; a possibilidade de implementar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; a construção em curso do Plano Decenal da Média Socioeducativa; a execução do serviço Casa de Passagem; a necessidade da assistência social trabalhar a segurança alimentar no município; implantação de Repúblicas; e a preocupação do alto investimento na terceirização do trabalho técnico. Ao final, devido a extensão do tempo, a organização da agenda do colegiado com a capacitação e o Fórum ficou deliberado que faremos envelope pelo whatsapp com o colegiado e alinharmos a reunião ordinária toda primeira quarta-feira do mês. Todo detalhamento apresentado encontra-se disponível no drive do CMAS e na Secretaria de Assistência Social.

Obs: Todo detalhamento apresentado encontra-se disponível no drive do CMAS e na Secretaria de Assistência Social.

Flávia Regina Campos Assis
Presidente do CMAS - Gestão 2024/2026

Documentos assinados digitalmente
FLAVIA REGINA CAMPOS ASSIS
Verifique em <https://verifica.digitebrasil.gov.br>

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE PINDAMONHANGABA-SP

Av. Albuquerque Lins nº 518, São Benedito, Tel.: (12) 3642-1416, Pindamonhangaba-SP.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Faz a presente **INTIMAÇÃO** por edital de **SOLANGE APARECIDA DA SILVA**, em virtude da mesma não ter sido encontrada nos endereços indicados, e atendendo ao requerimento da credora fiduciária – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, deverá Vossa Senhoria comparecer a esta Serventia, no endereço supra, para efetuar o pagamento da importância em mora, correspondente à quantia de R\$ 32.989,18, além das despesas de intimação, publicação do presente edital e emolumentos das quais é devedora em decorrência de atraso no pagamento de prestações relativas ao contrato de financiamento imobiliário nº 878771540050, firmado em 23 de novembro de 2022, garantido por alienação fiduciária registrada sob nº 04 na matrícula nº 79.812, tendo por objeto o imóvel situado na **RUA IMPERATRIZ LEOPOLDINA Nº 129, APTO 101, BLOC 12, ESQUINA COM A RUA PADRE JOSÉ VITA, RESIDENCIAL PRINCESA DIANA, SANTANA, NESTA CIDADE, CEP 12.403-310**. O prazo para pagamento da dívida é de 15 dias úteis, a contar da terceira e última publicação deste edital, sob pena de rescisão contratual e consolidação da propriedade do imóvel na pessoa da credora/requerente.

Pindamonhangaba, 06 de fevereiro de 2026.

OVIDIO PEDROSA JUNIOR
- Oficial Registrador -

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
PUBLICAÇÃO DE
PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE*****

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 014/2026 (PMP 1874/2026)

A Autoridade Superior, nos termos do Decreto 5.828 de 21 de julho de 2020, HOMOLOGOU em 10/02/2026 e ADJUDICOU o procedimento licitatório cujo objeto é “Contratação de mão de obra carterá para auxiliar nos serviços públicos de limpeza, manutenções prediais e zeladoria”, expressa no processo em favor da FUNDACÃO “PROFESSOR DOUTOR MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP, no valor de R\$ 4.474.537,92, nos termos da carta de exclusividade apresentada e justificativa pela Subprefeitura Distrital de Moreira César e do parecer da Procuradoria Geral do Município, com base no artigo 75, Inciso XV, da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações e, pelo Decreto Municipal nº 6.545 de 28 de dezembro de 2023.

*****ADITAMENTO*****

PREGÃO Nº 297/2019 (PMP 35443/2019)

Foi firmado o aditamento nº 05/2025, em 20/10/2025, ao contrato nº 096/2020, cujo objeto é “contratação de empresa especializada em treinamento, educação permanente e mão de obra especializada para prestação de serviços de classificação de risco em Unidade de Urgência e Emergência seguindo as normativas do Sistema Único de Saúde no município de Pindamonhangaba pelo período de 12 (doze) meses”, para supressão do valor do contrato em 7.692.307,6923077%, passando o valor do contrato de R\$4.991.952,97 para R\$4.607.956,59, assinando pela contratante e como gestora do contrato, a Sra. Andreia Moreira Martins e pela contratada, empresa ELECTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA, o Sr. Michael Ladenhith.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2024 (PMP 15.703/2024)

Foi firmado o aditamento nº 02/2026, em 03/02/2026, ao Contrato nº 015/2025, cujo objeto é “Contratação de empresa especializada

para composição de equipe multi-profissional objetivando integrar as práticas de assistência, prevenção, promoção da saúde, vigilância, formação em saúde na Atenção Primária à Saúde – APS, pelo período de doze meses”, para prorrogação de 03/02/2026 até 03/02/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, em atendimento à justificativa da Secretaria Municipal de Saúde, com parecer favorável da Procuradoria Geral do Município. O presente contrato poderá ser resolvido automaticamente a qualquer tempo pela CONTRANTE, sem que lhes sejam imputadas quaisquer das penalidades contratuais previstas, tão logo estejam concluídos os procedimentos em curso para novo contrato; para reajuste de 5,07%, com base no índice IPC-FIPE, passando o valor total de R\$2.269.729,92 para R\$ 2.384.805,22, sendo o valor meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados. Fica assegurado ao CONTRATADO o direito à repactuação de valores ainda não adimplidos referentes ao ciclo de vigência imediatamente anterior à presente prorrogação, não concedidos e/ou pendentes de solicitação referentes ao aumento de custos em razão da homologação de novos Acordos, Convênios ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que atendidos os requisitos preceituados no termo de referência, assinando pela contratante e como gestora do contrato, a Sra. Andreia Moreira Martins e pela contratada, empresa ELECTA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - LTDA, o Sr. Michael Ladenhith.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 02/2025 (PMP 22.049/2024)

Foi firmado o aditamento nº 01/2026, em 02/02/2026, à Ata de

Registro de Preços nº 061/2025, cujo objeto é “Aquisição de Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) faixa III/C” DER/SP- norma ET-DE-P00/27 e Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) faixa IV/D” DER/SP- norma ET-DE- de 03/02/2026 para utilização em diversas obras do Município”, para prorrogação de 18/02/2026 até 18/02/2027, de acordo com o que prescreve o artigo 84 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, artigo 114 do Decreto Municipal nº 6.545 de 28/12/2023 e item 3.1 da referida Ata renovando, assim, os quantitativos iniciais registrados zerando o saldo não utilizado do período anterior, em atendimento à justificativa da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com parecer favorável da Procuradoria Geral do Município; para retificação da cláusula 3.5, que passa ter a seguinte redação: “Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a Administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice IPC-FIPE, contado da data do orçamento estimado com pesquisa de preço datada de 18/12/2024 - O valor total estimado da presente ata é de R\$ 21.175.000,00, conforme descrito na Cláusula 2.2. Conforme previsto no artigo 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, artigo 143 Decreto Municipal nº 6.545/2023